

O Dilema de Fukuyama, por Diana Santos

Francis Fukuyama, *America at the Crossroads - Democracy, Power and the Neoconservative Legacy*, Yale University Press, 2006, 226 pp., ISBN 0300113994

Num prefácio que se confunde com uma confissão pessoal sobre o seu percurso político-ideológico, Francis Fukuyama afirma que a Guerra do Iraque - que os neo-conservadores energicamente apoiaram - constitui o seu ponto de ruptura com o grupo. O momento factual está, aliás, identificado: é o discurso de Charles Krauthammer (Democratic Realism¹), no American Enterprise Institute, que celebra a execução de uma política externa de inspiração neo-conservadora. O discurso causou uma forte impressão em Fukuyama que não compreendia a aparente satisfação dos seus pares com uma política que, do seu ponto de vista, se estava a revelar desastrosa a minar as relações diplomáticas dos Estados Unidos.

O curioso é que Fukuyama - apesar de afirmar que os neoconservadores criaram a quarta tradição de política externa norte-americana a par com os liberais, hamiltonianos e jacksonianos - vem depois demonstrar, de maneira indirecta, que os neoconservadores são menos influentes do que possam parecer. Dizemos de maneira indirecta, porque no argumento de Fukuyama está contida a sua própria fragilidade e por mais duas razões: a primeira, resulta da própria análise aos neoconservadores como fenómeno político. Desde os anos 40, emergiram como um grupo de intelectuais relativamente

1 KRAUTHAMMER, Charles, "Democratic Realism - An American Foreign Policy for a Unipolar World", Washington D.C., AIE Annual Dinner, January 2004 (disponível em www.aei.org)

heterogéneo, com um ou outro conceito comum e muitas ideias diferentes. O que os liga entre si, acima de tudo, são laços de amizade, percursos académicos pelas mesmas instituições, redacções das revistas (“National Interest”, “Public Interest” e “Commentary”) e think-tanks. As suas opiniões políticas são, em grande medida, reactivas a cada momento político (foram anti-macCartistas nos anos 50, anti-“new left” nos anos 60 e 70 e integraram a administração Reagan nos anos 80) e, até aos anos 90, não tinham aquilo a que se pode chamar uma agenda política concreta. Por outras palavras, os neo-conservadores foram e são um *movimento político*, com interesse em intervir no debate, que foi, aos poucos, criando um corpo mais ou menos coerente de ideias com vista a uma política externa aplicável à evolução do sistema internacional.

A segunda razão diz que, apesar da política externa do primeiro mandato de George W. Bush estar inevitavelmente ligada aos neoconservadores (e ser influenciada por eles), resulta antes de outro elemento, a que o autor chama “bureaucratic tribalism” (p.61). Vários elementos da administração Reagan (alguns neoconservadores, outros não) uniram-se na actual administração para defender uma política externa agressiva em resultado da situação internacional (pós 11 de Setembro), inspirada na governação moral de Ronald Reagan, legitimada pela vitória na Guerra Fria. Ou seja, segundo Fukuyama, a responsabilidade pela estratégia de que discorda, deve ser atribuída à administração que se uniu em torno de determinados objectivos e não aos neoconservadores que apesar de a influenciarem não a determinaram.

Então, porque é que Francis Fukuyama já não é um neoconservador? Porque discorda, essencialmente, da política externa de George W. Bush, principalmente da decisão de invadir o Iraque. O autor cai na sua própria armadilha: desvaloriza o papel dos neoconservadores, mas não resiste a distanciar-se deles.

Porquê? Porque Fukuyama percorre um caminho intelectual que, de alguma forma, o faz rumar para a moderação. Não gosta dos excessos retóricos e políticos dos neoconservadores (não se lê, mas subentende-se), nem das políticas que considera unilateralistas e expansionistas.

Este livro é também um percurso reflexivo sobre a política externa norte-americana do qual resultam algumas linhas de abordagem. Francis Fukuyama propõe uma estratégia a que chama “realismo wilsonianista”, cujos contornos desenvolve nos dois últimos capítulos do livro.

A surpresa é que Fukuyama é, agora, um liberal. Uma das suas preocupações centrais é a criação de instituições internacionais que sejam efectivas na produção de con-

sensos, ou seja, legitimidade². Para isso, propõe uma espécie de organizações regionais – a que chama “horizontais” em oposição às “verticais”, compostas por Estados Nação sem relação identitária – como as Nações Unidas – que se auto-legitimem através de consensos, como aconteceu na NATO relativamente ao Kosovo, em 1999. Mas o problema não fica totalmente resolvido. Por um lado, estas organizações correm o risco de se tornarem concorrentes entre si: o que pode ser legítimo para uma organização, pode ferir os interesses de outra. A Rússia deixou bem claro que a intervenção da NATO no Kosovo ia contra os seus interesses nacionais. Por outro lado, a NATO é, por definição, uma organização que encontra a sua legitimidade na democracia. Já as potências do Ocidente, nomeadamente os Estados Unidos, aceitariam uma intervenção da Rússia na Chechénia ou da China em Taiwan, legitimada pela Organização de Cooperação de Xangai, composta pela Rússia, a China e as repúblicas da Ásia Central?

De resto, a agenda de Fukuyama não tem nada de novo: propõe o uso privilegiado do “soft power”, especialmente no que respeita à promoção da democracia, apoiando movimentos que se vão formando em diversos países, – pressupondo, ao contrário dos neoconservadores que a democracia não se impõe de fora para dentro – e o fim da retórica agressiva da “Guerra contra o Terrorismo”. O ataque preventivo deve ser preterido para segundo plano e ser só usado em casos específicos muito bem identificados. Ou seja, Fukuyama propõe uma agenda liberal, inspirada como o próprio autor afirma, na “idealistic part of the neoconservative agenda, but take a fresh look [at] international institutions.” (p.184)

Aparentemente, Francis Fukuyama deixou mesmo de ser um neoconservador. Mas, curiosamente, o mais interessante do seu livro é a desvalorização do papel dos neo-conservadores nas decisões tomadas pela Administração Bush, devolvendo-lhes o papel que sempre tiveram de intervenientes sociais capazes de influenciar a política externa norte-americana. No entanto, o livro pode desiludir um pouco, em dois pontos: primeiro, porque carece de alguma organização, ficando a sensação de que os capítulos são colados sem que se lhes confira uma coerência necessária. Por outro, porque se espera uma nova abordagem à política externa norte-americana que não chega a aparecer. Fukuyama apenas muda de campo, redefine-se, emenda-se. Mas não são estes os objectivos de um livro pessoal?

2 Sobre o tema das instituições, Fukuyama publica uma análise detalhada em “The Paradox of International Action”, em *American Interest*, Spring 2006, Volume 1, Number 3, pp. 7-18